

## PENSAMENTOS DECOLONIAIS A PARTIR DA LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA

Walace Rodrigues<sup>1</sup>  
Alessandra Cristina Rigonato<sup>2</sup>  
Elizabete Barros de Sousa Lima<sup>3</sup>

### Resumo

Este artigo analisa como a literatura indígena brasileira, sob uma perspectiva decolonial, propõe o deslocamento do ser humano da centralidade das discussões, inserindo-o como parte integrante de um ecossistema mais amplo, em consonância com uma filosofia indígena ancestral. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, tem como foco a obra *O amanhã não está à venda* (2020), de Ailton Krenak, buscando compreender de que modo a literatura indígena mobiliza mecanismos decoloniais de forma natural e contundente, especialmente ao conceber um humanismo que valoriza a vida e recusa a oposição entre homem e natureza. Para tanto, analisamos três eixos principais: a compreensão do homem como natureza; as inter-relações entre humanização e decolonização no campo literário; e a obra de Krenak como exemplo de resistência cultural e defesa da vida em harmonia com o meio ambiente. O estudo evidencia que a filosofia indígena brasileira oferece caminhos críticos para questionar o antropocentrismo e propor formas de existência mais sustentáveis e igualitárias, articulando preservação ambiental, diversidade cultural e humanização das relações.

**Palavras-chave:** Literatura indígena brasileira. Decolonialidade. Natureza. Humanismo.

### DECOLONIAL THOUGHTS FROM BRAZILIAN INDIGENOUS LITERATURE

### Abstract

This article examines how Brazilian Indigenous literature, from a decolonial perspective, challenges the centrality of humans in dominant narratives. It places them as part of a broader ecosystem, in line with ancestral Indigenous philosophy. The study is bibliographic and qualitative, focusing on Ailton Krenak's *O amanhã não está à venda* (2020). It explores how Indigenous literature naturally and powerfully mobilizes decolonial strategies, especially in conceiving a humanism that values life and rejects the opposition between humans and nature. We analyze three main axes: understanding humans as nature; the intersections between humanization and

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - LIACOM/IPL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9082-5203> E-mail: [walacewalace@hotmail.com](mailto:walacewalace@hotmail.com)

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3358-604X> E-mail: [alessandra.rigonato@ufnt.edu.br](mailto:alessandra.rigonato@ufnt.edu.br)

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2899-6423> E-mail: [elizabete.lima@ufnt.edu.br](mailto:elizabete.lima@ufnt.edu.br)

decolonization in literature; and Krenak's work as an example of cultural resistance and defense of life in harmony with the environment. The findings demonstrate that Brazilian Indigenous philosophy provides critical approaches to challenging anthropocentrism and promoting more sustainable and egalitarian ways of living, integrating environmental preservation, cultural diversity, and the humanization of relationships.

**Keywords:** Indigenous Literature. Decoloniality. Nature. Humanism.

## 1 Introdução

Este texto nasce a partir de nossa visão de que a literatura indígena brasileira trabalha constante e insistentemente dentro de uma perspectiva decolonial, buscando revelar formas de vida, de fazeres e saberes tradicionais que constituem alternativas para os modos de vida ocidental. Tal atitude se apresenta como natural (pensamos “natural” aqui como próxima às formas indígenas de se relacionar com a natureza), de modo a reverberar pensamentos de uma filosofia indígena com base na ecologia, nos saberes tradicionais sobre as coisas naturais e sobrenaturais e que podem nos auxiliar, sobremaneira, a compreender outras maneiras pelas quais nossa jornada humana se dá no planeta.

Para demonstrar como a literatura indígena naturalmente trabalha com mecanismos decoloniais, utilizamos o livro *O amanhã não está à venda* (2020), de Ailton Krenak, autor indígena e importante pensador contemporâneo. Tal livro descreve uma filosofia indígena baseada no respeito aos elementos naturais e à vida, revelando profunda compreensão de como o homem faz parte da natureza, além disso, ressalta o aspecto ilusório de que o homem domina o mundo natural. Na obra, escrita em 2020, ano em que o artista se encontrava em isolamento social devido à covid 19, as questões filosóficas sobre relação do homem com a natureza se intensificam. Assim, Krenak pensa o isolamento vivenciado pelos povos originários, que não é de agora, mas faz parte do encarceramento que a maioria da população indígena sofre, sobre a pressão da invasão do homem branco.

Posto isso, o livro discorre sobre o Antropoceno, sobre o luto que a aldeia vive após a perda do rio Doce, mas também sobre a iminência do fim da humanidade e o trágico destino do planeta Terra, ao não ser capaz de suportar as demandas do homem. A destruição socioambiental, desta forma, traz consigo os traços da desigualdade e da miséria, mas estas estão silenciadas, foram normalizadas, de modo que o discurso

ideológico dominante leva o sujeito em degradação a acreditar ser a miserabilidade sua sorte. Por outro lado, a revitalização da natureza em tempos de isolamento social evidência que o meio ambiente não precisa do homem, na verdade, vive melhor sem ele.

Esta pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, fundamenta-se na análise interpretativa da obra *O amanhã não está à venda* (2020), de Ailton Krenak, articulada com um referencial teórico que inclui autores como Paulo Freire, Antônio Cândido, Walter Mignolo e Carlos Walter Porto-Gonçalves. A partir da leitura crítica e comparativa desses textos, busca-se identificar e discutir de que modo a literatura indígena brasileira mobiliza conceitos e práticas decoloniais, propondo uma filosofia que insere o ser humano como parte integrante de um ecossistema mais amplo, em oposição a perspectivas antropocêntricas e exploratórias.

O artigo organiza-se em quatro partes, além desta introdução. A primeira discute a concepção de que o homem também é natureza, com base em perspectivas decoloniais e saberes indígenas. A segunda aborda as relações entre humanização e decolonização, situando a literatura indígena no contexto das lutas por voz e representação. A terceira apresenta uma análise detalhada da obra *O amanhã não está à venda* (2020), de Ailton Krenak. Por fim, nas considerações finais, retomamos os principais argumentos apresentados, evidenciando como a filosofia indígena brasileira contribui para construir um pensamento crítico que valoriza a preservação ambiental, reconhece a interdependência entre todos os seres e propõe formas mais equilibradas de convivência entre humanos e natureza.

## **2 O homem também é natureza**

Iniciamos nossa reflexão pensando sobre os ranços históricos, sociais e culturais deixados pelo colonialismo. Para tanto, recorremos aos conceitos de colonialidade e, posteriormente, decolonialidade, com o objetivo de compreendermos como se relacionam no contemporâneo. Conforme Walter Mignolo (2017), a colonialidade consiste em um processo concomitante e dependente da modernidade. Para que a colonialidade justifique sua violência através de regimes escravocratas, onde o opressor controla até mesmo as próprias leis para assegurar a permanência de sua atividade e manter seu status de poder, são expressos valores de progresso e felicidade para o humano, promessas da modernidade, do fim do “primitivismo”. Há um modo de vida, um conjunto de valores para esse homem moderno, uma “retórica da

modernidade, a lógica da colonialidade e do modelo do ocidente global<sup>4</sup>" (Mignolo; Walsh, 2018, 3). Nesse modelo estão circunscritos padrões de temporalidade, espacialidade, comportamento, bem como modos de produção fundados na exploração e dominação tanto de outros humanos quanto do meio. O ser homem privilegiado pela modernidade é restrito em se tratando de gênero, etnicidade, sexualidade e classe. Quem não participa do gênero, da etnia, da sexualidade e da classe dominantes está à margem dessa promessa de felicidade e serve, justamente, de base para que o processo os/as dilacere.

Aimé Césaire, no livro *Discurso sobre o colonialismo* (2020), aproxima a colonização à coisificação de um povo, retirando-lhe seus bens principais, como a religião, o território, a cultura e a linguagem. Com isso, o povo colonizado é inferiorizado e perde privilégios, estando a serviço do dominador. Essa ação se reafirma por meio do discurso racista, que abomina as práticas culturais, com fins de manter o poder sobre o "outro". Assim, o discurso de inferioridade passa a integrar o vocabulário dominante, de modo a discriminar as ações da população à margem, que busca, constantemente se equiparar ao castrador, mas é fato a impossibilidade. Walter Mignolo discorre que existem três tipos de colonização: do poder, do saber e do ser. Nelas, o poder se apropria do saber para minorar o ser, fazê-lo acreditar em sua inferioridade.

No contexto brasileiro, compreendemos que esse pensamento colonial instaurou, desde os primórdios da invasão e ocupação do território, um machismo heteronormativo patriarcal tóxico, racista, misógino, homofóbico e elitista, fazendo com que a sociedade brasileira de então sucumbisse aos valores coloniais por meio de ideologias e mecanismos de poder. Tais concepções sociais instauraram uma determinada ideologia, com o intuito de dominar os colonizados, fazendo com que a sociedade se mova em determinada direção, a partir de valores trazidos pelos colonizadores.

Neste caminho, compreendemos que ideologia de dominação é diferente de mecanismo de dominação, mas ambos se unem em um conjunto de práticas para dominar os povos colonizados. Um depende do outro e se associam. E assim aconteceu conosco durante nosso período colonial. Hoje em dia, percebemos, como bem nos diz

---

<sup>4</sup> Cf. original em inglês: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality, and the West's global model. Salvo indicação contrária, as traduções são de nossa autoria.

Paulo Freire, que “A herança brasileira é colonial, de natureza autoritária. E temos nessa herança a sublevação da liberdade” (Freire, 1994, p. 8), que foram os quilombos.

Entendemos, também, que a história de nossa sociedade foi baseada na trilogia de dominação colonial “classe, raça, gênero”, a partir de uma lógica utilitarista e comercial, onde corpos tornaram-se mercadorias e foram utilizados como mão de obra para o benefício do colonizador. A dominação dos corpos para o trabalho passava também pelas tentativas de dominação de seus pensamentos e fazeres, tentando domesticar hábitos e incutir uma moral católico-cristã a todos aqueles que aqui habitavam.

Como resistência a esse longo processo colonial, a decolonialidade se sustenta nos pilares das reivindicações “rumo a uma nova humanidade”, conforme Franz Fanon (1952, 2020,12). A revisão, compreensão e resposta à colonialidade é urgente e, ainda conforme Fanon, “[...] deve ser uma construção constante do homem existente”. (17) Desde seus primórdios, na conferência de Bandung em 1955, o decolonial, segundo Mignolo (2017), “[...] abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.).” (15) Esse novo pensar busca uma política mais inclusiva no que concerne às diferenças étnicas, de classe, gênero e sexualidade, entre outras.

Neste caminhar, acreditamos no repensar e reinventar as possibilidades de existência, de resistência e de ocupação de espaços sociais historicamente segregados. E um destes espaços foi a própria literatura brasileira, campo de batalhas ideológicas, culturais e sociais por um longo período de tempo. No entanto, hoje em dia, a literatura é um campo em expansão, incluindo grupos sociais os mais diversos (como os indígenas), apesar de certa resistência de determinados intelectuais e estudiosos da área. Conforme salienta Jaime Ginsburg (2012, p. 205), no artigo *O narrador na literatura brasileira contemporânea*,

No contexto de difusão de teorias pós-coloniais, parte da produção literária rompe com formas etnocêntricas, e estabelece a ética como horizonte de interação entre o sujeito e o outro. Nesse sentido, são priorizadas situações narrativas que privilegiam grupos historicamente reprimidos e silenciados. A ideia de que ocorrem fatos é problematizada pela compreensão de que construções de linguagem são polissêmicas, e a noção de verdade cede em favor do debate permanente entre diversos pontos de vista possíveis.

A literatura contemporânea, portanto, é mais diversa. O acesso ao discurso é parte da luta de movimentos sociais por voz nos espaços de poder. O pensamento colonial, mesmo após o fim da colonização, manteve os mesmos sujeitos nas arenas discursivas. Isso levou ao silenciamento e a estereotipamento das populações que foram colonizadas. Para superar tais ideologias, as pessoas que se encontravam à margem começaram a escrever suas próprias histórias, modo de desconstruir o pensamento eurocêntrico e revigorar a importância da diversidade social do país. É assim que, hoje, temos escrituras mais plurais, fator esse de grande importância, pois respalda em leitores que se reconhecem como integrantes do corpo social nacional.

O campo literário a partir dos anos 1970 se renovou: cara a cara com a Ditadura Militar, nossos escritores utilizaram de suas penas para repudiar o exílio discursivo em prol da liberdade da fala. Dentro desses impulsos surgiram os chamados “narradores descentralizados”, que carregavam em suas histórias o peso da formação castradora na nação brasileira. Nessa arena de delegação de vozes, surgiram os personagens negros, indígenas, da periferia, LGBT, deficientes, entre outros silenciados ao longo da história do país. A contribuição dessas novas imagens e linguagens foi a pluralidade, a equidade e a humanização de indivíduos inventados pelo discurso ideológico dominante. Narrativas que contemplam esse legado são: *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, que registra o contexto das favelas; *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, que retrata a história da comunidade negra; *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar, que narra a história de um epilético; *Lorde*, de João Gilberto Noll, que conta a história de protagonista LGBT; entre outras narrativas. Essas poéticas integram as literaturas decoloniais, as quais procuram reescrever a história de grupos marginalizados.

As produções literárias indígenas, que integram a literatura decolonial e lutam por espaço no campo artístico, denunciam os impactos negativos do homem na Terra, deixando perceber que a biodiversidade, as mudanças climáticas, o desflorestamento, entre outros fatores que degradam o meio ambiente natural impactam negativamente sobre o planeta que habitamos. Os indígenas brasileiros, assim como outros povos originários, têm o entendimento de que o homem pode modificar os ambientes, mas que este homem não pode se esquecer de que ele também é natureza. Ou seja, o homem não se separa da natureza, mas é parte integrante dela, fazendo parte de um sistema que também o afeta diretamente.

Paulo Freire já nos mostrava que o homem não existe sem suas relações com o mundo, por meio dos contatos sociais, culturais, de trabalho, espiritual, entre outros aspectos:

Mas, como não há homem sem mundo, o ponto de partida da busca se encontra no homem-mundo, isto é, no homem em suas relações com o mundo e com os outros. No homem em seu aqui e seu agora. Não se pode compreender a busca fora desse intercâmbio homem-mundo. Ninguém vai mais além, a não ser partindo daqui. A própria “intencionalidade transcendental”, que implica na consciência do além-limite, só se explica na medida em que, para o homem, seu contexto, seu aqui e seu agora, não sejam círculos fechados em que se encontre (Freire, 1997, p. 12).

Percebemos, portanto, que a arte abarca está “intencionalidade transcendental” do homem, revelando-se por meio das mais diversas formas de arte, como na literatura. E a literatura indígena também é uma forma de compreensão do mundo e relação com ele. Hoje em dia, vários são os autores indígenas brasileiros que expõem, por meio de seus escritos, uma intencionalidade humanizadora própria dos entendimentos indígenas de mundo. Escritores como Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Márcia Wayna Kambeba, Ailton Krenak, Graça Graúna, entre tantos outros escritores indígenas, transformaram a cena da literatura indígena brasileira.

O caminhar literário destes autores desenvolve-se por um passeio decolonial, na medida em que se referem às formas mais simples de vida e sem a “contaminação” ideológica colonial, de acordo com os entendimentos de uma filosofia indígena oposta, em muitos pontos, à filosofia do consumo e da morte praticada no mundo ocidental. Isso não se dá de maneira saudosista, de um retorno a como era o Brasil dos povos originários, mas por via do entendimento verdadeiro das funções, dos valores e das utilidades das coisas, do mundo, da natureza, dos saberes e dos fazeres tradicionais. Dessa forma, a filosofia indígena brasileira, impregnada na literatura indígena, caminha em direção à valorização da vida, das pessoas e dos seres que nos cercam (plantas, animais etc), sendo um entendimento sobre a relevância da vida e em direção à humanização.

Novamente recorremos a Paulo Freire, desta vez para entendermos o humanismo, mas com foco nos processos educativos críticos:

A concepção humanista, que recusa os depósitos, a mera dissertação ou narração dos fragmentos isolados da realidade, realiza-se através de uma constante problematização do homem-mundo. Seu que fazer é problematizador, jamais dissertador ou depositador. Assim como a concepção recém-criticada, em alguns de seus ângulos, não pode operar a superação da contradição educador-educando, a concepção humanista parte

da necessidade de fazê-lo. E essa necessidade lhe é imposta na medida mesma em que encara o homem como ser de opções. Um ser cujo ponto de decisão está ou deve estar nele, em suas relações com o mundo e com os outros. Para realizar tal superação, existência que é a essência fenomênica da educação, que é sua dialogicidade, a educação se faz então diálogo, comunicação. E, se é diálogo, as relações entre seus polos já não podem ser as de contrários antagônicos, mas de polos que conciliam (Freire, 1997, p. 14).

A partir da passagem de Freire, percebemos que uma visão crítica sobre o mundo e suas coisas é necessária para compreendermos como devemos agir, sempre buscando conciliar e não opor posições, não de forma reativa, mas de maneira lógica e inteligente. E há, na atualidade, uma necessidade de compreensão de que o homem também é natureza e que ele não se aparta dela em nenhum momento, mesmo que morando no centro de uma grande metrópole.

A ascensão do capitalismo exploratório dar resposta do divórcio homem - natureza, ao contemplarmos o aquecimento global e o aumento da temperatura do planeta, dando indícios do caminhar para o fim da civilização. O professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense, deixa-nos ver como o capitalismo acabou com nossa visão de homem enquanto ser que é natureza, pois passamos a olhar os ambientes naturais que nos cercam somente como fonte de recursos:

[...] a natureza passou a ser privatizada, se transformando em mero recurso natural, em meio para a acumulação de capital. E os homens e mulheres desprovidos das condições naturais de existência também se transformaram em recurso humano, isto é, em mão de obra a serviço da mesma acumulação de capital. E recurso, sabemos, é meio e, por isso, são enormes os efeitos epistêmicos e políticos das expressões recursos humanos e recursos naturais, hoje de largo uso. A expropriação do homem / da mulher da terra que, como vimos, foi fundamental para a constituição do capitalismo nos séculos XVII e XVIII na Europa não tem, todavia, a extensão e a intensidade da expropriação que vem nos acometendo nos últimos 30/40 anos nessa nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na África, na Ásia, na América Latina. (Porto-Gonçalves, 2011, p. 106-107).

Neste mesmo caminho de Porto-Gonçalves, José Marín, professor da Universidade de Genebra, comprehende que nossas culturas dependem da biodiversidade natural. Ou seja, que o homem não é ser cultural e social sem a natureza que o cerca e que devemos repensar nossas relações com os ambientes naturais que nos rodeiam:

O planeta em que vivemos é caracterizado pela sua biodiversidade, constituída por uma imensa variedade de formas de vida, desenvolvidas por

milhões de anos. A defesa dessa biodiversidade parece essencial para a sobrevivência dos ecossistemas naturais, que formam a base dos “ecossistemas culturais”, compostos de um mosaico complexo de culturas que também necessitam da diversidade para preservar o patrimônio cultural e biológico das gerações futuras. Este eixo, entre natureza e cultura e sua preservação é fundamental para a nossa sobrevivência. É nesta diversidade que se encontra a riqueza da nossa humanidade. As raças biogenéticas não existem; nós pertencemos à mesma espécie; somos todos parentes e, ao mesmo tempo, somos todos diferentes. (Marín, 2002, p. 392, tradução nossa, grifo nosso).

Não se trata, portanto, de falar sobre as relações entre natureza e cultura de forma distante, mas compreendermos que não conseguimos viver sem a preservação dos ecossistemas que nos abrigam. A noção colonial de exploração de todos os recursos naturais até seu fim total ficou-nos como legado, reverberando, ainda hoje, no Neoliberalismo. No entanto, percebemos, agora, que sem a conservação dos nossos ambientes naturais não haverá mais possibilidade de vida humana. Não por acaso, o discurso global de preservação da Amazônia vigora, levando nações a investirem exaustivamente capitais em sua preservação.

Nesta direção, aquilo que chamamos aqui de filosofia indígena brasileira vai ao encontro do conservacionismo consciente dos ambientes naturais, compreendendo o homem como parte destes ambientes. Ainda, podemos pensar que as concepções indígenas sobre arte, território e tempo (cf. Rodrigues, 2015; 2017, 2021b) são alguns exemplos básicos sobre como o neoliberalismo ocidental e seus anseios diferem das concepções de vida, de fazer e de pensar dos povos originários brasileiros.

Porto-Gonçalves (2011) ressalta o valor do território para as sociedades indígenas, deixando-nos perceber uma vertente de ocupação voltada para o cultural e o social, onde a terra não pertence a uma pessoa, mas é utilizada por todo o grupo, sem propriedade privada sobre a natureza e seus recursos:

As lutas contra a expropriação territorial desenvolvidas pelos povos indígenas, quilombolas e camponeses adquirem um sentido revolucionário, sobretudo ao se encontrar com o movimento ambientalista, posto que, juntas, lutam pela reapropriação social da natureza. Se natureza + cultura através da política é igual a território, essa luta pela reapropriação social da natureza atualiza a história de longa duração que deu origem ao atual sistema mundo moderno-colonial que, desde o início, se constituiu enquanto conquista/invasão, portanto, enquanto fenômeno territorial (Porto-Gonçalves, 2011, p. 116).

Assim, percebemos o quanto há diferenças entre a filosofia indígena brasileira, que valoriza a vida, em detrimento das filosofias ocidentais de exploração dos recursos

do planeta para o desenvolvimento econômico. Sobre as diferentes concepções de indígenas e não indígenas, podemos deixar aqui o exemplo da relação com o tempo:

[...] podemos dizer que, nas sociedades ditas tradicionais, o mito é reafirmado pelos ritos (da vida real) e participa de um tempo circular, virtual. Essa concepção de tempo circular, por exemplo, é algo que o homem ocidental perdeu há muito tempo. No entanto, ela nos ajudaria a compreender que a vida se dá em círculos e que começa sempre por nascimentos e termina, inevitavelmente, em mortes. Não há, portanto, nas sociedades tradicionais, a linearidade temporal que nós “civilizados” acreditamos e que podemos revelar através da História. Assim, a mitologia, enquanto discurso com valores e orientações éticas para a vida das pessoas em sociedades “primitivas”, “tradicionais”, toma força através dos rituais (festividades, cerimônias de rememoração, ritos de passagem etc.) (Rodrigues, 2019, p. 237).

A compreensão sobre arte também é diferente, pois, para os indígenas brasileiros, a arte impregna todas as esferas da vida social e identifica os indivíduos de um grupo, como bem nos revelou a antropóloga Berta Ribeiro:

Nos campos das expressões gráficas e plásticas, a criatividade estética do índio brasileiro se estende, além do corpo, à ornamentação da vivenda e dos objetos. Trata-se de uma reiteração de motivos e significados semânticos aplicados ao embelezamento da casa, da cerâmica, à estrutura dos tecidos e trançados, à pirogravura da superfície das cuias, à pintura dos utensílios de madeira e dos implementos de trabalho. Essa iconografia confere homogeneidade visual ao universo tribal que milita em favor da singularização étnica (Ribeiro, 1991, p. 155).

Já em nossas sociedades ocidentais, a arte é algo quase que inalcançável para muitas pessoas, pois está colocada em lugares onde os corpos devem se comportar de determinadas maneiras (museus, galerias de arte etc) e que necessita de muitos saberes prévios para serem compreendidas (conhecimentos estéticos). A grande massa social, por não integrar as consideradas elites do pensamento, por não possuírem o capital exigido para frequentar a arte estão expulsos do consumo desse bem cultural.

A partir destes exemplos sobre concepções acerca do tempo, da arte, do território, entre outros aspectos, podemos perceber que, para a filosofia indígena brasileira, o homem é natureza, não se dicotomizando dela, não a explorando até a exaustão, mas relacionando-se com ela de forma dialógica, pois almeja que todos continuem a existir de maneira ecologicamente correta e respeitosa. Um claro exemplo disto é que nas reservas indígenas brasileiras são onde mais se bem preservam as

espécies de fauna e flora existentes nos biomas locais, ato que reafirma a urgente necessidade de olharmos para os saberes indígenas como ensinamento.

### **3 Sobre humanização e decolonização**

Nesta toada, compreendemos, assim como Freire, que há necessidade urgente de educar crítica e dialogicamente os homens para um entendimento de que a vida não pode estar baseada no consumo desenfreado, como percebemos hoje em dia em nossas sociedades ocidentais. As fronteiras entre consumo e natureza precisam ser repensadas, de modo que possamos enxergá-las não como rivais, mas em caminhos conscientes.

No campo da literatura, Antonio Cândido deixou-nos sua compreensão sobre humanização (que também caminha na direção do que nos explicou Freire):

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (Cândido, 2004, p. 180).

A partir do que nos diz Cândido, a arte, e em nosso caso a literatura, deve auxiliar-nos a compreendermos e refletirmos sobre a “complexidade do mundo e dos seres”, assim como bem o faz a literatura indígena atual. Muitos são os autores que conseguiram dominar a língua portuguesa (sempre lembrando que esta foi a língua imposta pelo colonizador) em benefício de suas mensagens literárias e de mundo, pois reconheceram ser essa a única forma de acessar um público mais amplo e desconstruir as violências do discurso do outro, que os menorizavam e animalizavam.

Compreendemos que há na literatura indígena brasileira uma mensagem decolonial, de respeito aos ambientes naturais e de pacífica convivência, levando a um bem viver que abarca a todos. Nas obras dos escritores, além de muitos conteúdos voltados para o discurso da diversidade, o leitor se depara com a descrição do espaço natural, colocando-nos perante a amplitude territorial, os costumes dos habitantes, a fauna e a flora muito desconhecidas, mas, em especial, humaniza aqueles que vivem nas aldeias, desconstruindo o discurso eurocêntrico muitas vezes vinculado à

selvageria. O acesso à fala é, portanto, de fundamental importância à inscrição de um povo em dado território. Para Rodrigues (2021a, p. 320),

A decolonialidade, enquanto mecanismo de desconstrução de afetos, pensamentos e sentidos oriundos da colonialidade, afeta-nos ainda hoje. Pensamos a decolonialidade como um pensar extremamente necessário para nós brasileiros, visto que nossa colonização deixou marcas profundas e nossos métodos científicos ainda são extremamente baseados em conhecimento de base eurocêntrica. Tal desconstrução pode ser executada de diversas formas, e uma destas maneiras é através do estudo detalhado dos textos literários e dos pensamentos críticos elaborados a partir das suas narrativas. Compreendemos que um livro é e sempre será um relato a partir de um ou mais pontos de vista, mas tais perspectivas são sempre passíveis de ser colocadas em xeque por uma análise mais detalhada e reveladora (Rodrigues, 2021a, p. 320).

Dialogando com o autor, a literatura brasileira contemporânea é um respirar para novas escrituras. Ela se diferencia dos escritos anteriores, em especial, porque dar voz a pessoas que se encontram à margem. Mesmo que o mercado editorial lute pelo silenciamento dessas novas vozes enquanto política de dominação, seus criadores recorreram a publicações independentes e feiras literárias para apresentarem suas poéticas. Com essas novas linguagens circulando, o pensamento social também ganha novos contornos, o que leva a questionamentos da história oficial e à humanização da população que se encontra à margem.

Assim, o desenraizamento e destituição do discurso colonial floresce. Obras como *Quarto de Despejo, diário de uma favelada*, publicado pela primeira vez em 1960, da intelectual brasileira Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e o resgate da escrita de Maria Firmina dos Reis são posicionamentos políticos fundamentais em direção à decolonização humanizadora. Se por um lado *Quarto de Despejo* expressa a voz da mulher negra que interpreta os primeiros anos do Brasil república, com a exposição de suas misérias e de profunda desigualdade social; de outro, Maria Firmina dos Reis, ao publicar o conto “A escrava” em 1887, denuncia a escravidão anterior à república. Essas são vozes que retratam e criticam de perto o sistema colonial vigente, no caso de Reis, e recém-destituído (em Jesus), mas ainda fortemente vigente. Essas vozes fortaleceram, incentivaram e abriram os caminhos ao levantar de outras vozes, agora contemporâneas na corrente da continuidade do movimento decolonial.

Em relação à literatura indígena, é notável nos últimos anos o fortalecimento dessa produção literária por meio de autores e autoras que buscam desafiar e subverter as estruturas coloniais e eurocêntricas, dominadoras historicamente do discurso

literário e cultural do país. Essa literatura, muitas vezes, reflete as perspectivas, experiências e lutas das comunidades indígenas brasileiras em sua busca por autodeterminação, preservação de suas culturas e territórios, e resistência ao colonialismo e à opressão. Assim, vem abordando temas como a relação dos povos indígenas com a terra, a natureza e o meio ambiente, suas línguas e tradições culturais, bem como questões contemporâneas, como direitos indígenas, demarcação de terras e os impactos do desenvolvimento econômico e da exploração de recursos naturais em suas comunidades.

*A queda do céu* (2010), de Davi Kopenawa e Bruce Albert, constitui uma obra de grande destaque na literatura indígena. A narrativa é dividida em três partes: 1) discorre-se sobre a vida de um Xamã, apresentando os rituais religiosos utilizados por esse líder da comunidade indígena. Esse fato é de suma importância para a compreensão cultural desse povo. 2) Relata-se o confronto com o branco. Nessa parte da obra, o narrador evidencia a invasão às terras dos povos originários, destacando como motivador a caça ao ouro. 3) A obra termina demonstrando a incessante luta do Xamã contra a destruição da natureza, em um movimento de denúncia. Frente a essa obra, podemos compreender como a população indígena está comprometida com a causa social de preservação da natureza e de sua cultura, sendo fundamental narrativas escritas a partir de seus pontos de vista, em uma tentativa incessante de desconstruir a alienação do imaginário social brasileiro sobre si.

Autores como Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Eliane Potiguara, Kaká Werá, Olívio Jekupé, entre outros, têm contribuído significativamente para esse movimento literário, trazendo suas próprias vozes e narrativas para o cenário cultural brasileiro e internacional. Suas obras questionam estereótipos, reconhecem a diversidade e a complexidade das culturas indígenas e reivindicam uma visão mais inclusiva da pluralidade de etnias indígenas na sociedade brasileira. Desse modo, essa nova perspectiva representa uma importante forma de resistência cultural e política, proporcionando um meio para a expressão da identidade indígena, o fortalecimento das comunidades e a construção de pontes entre culturas.

#### 4 O amanhã não está à venda, de Ailton Krenak

Ailton Alves Lacerda Krenak, mais conhecido como Ailton Krenak, é um indígena mineiro da etnia Krenak, escritor, ambientalista, liderança indígena e

imortal da Academia Brasileira de Letras desde 2023. Lançou vários livros, destacando-se entre eles *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, de 2019; *O Amanhã Não está à Venda*, de 2020; *A Vida Não é Útil*, de 2020; entre outros. Krenak esteve extremamente ativo publicando livros durante a pandemia de covid-19, enquanto esteve isolado em sua aldeia de origem em Minas Gerais.

Podemos perceber, já pelos títulos dos seus livros, uma questão relevante nas obras de Krenak: o valor das coisas não se dá pelo valor monetário, financeiro, mas por sua utilidade social, afetiva, pessoal e comunitária etc. Há coisas que o dinheiro não compra, e uma delas é a vida. Inclusive, Krenak faz a provocativa e antiga pergunta se é possível comer ouro, uma questão já proposta por Davi Kopenawa para Bruce Albert em um texto década de 1990, expressando claramente que estamos nos afastando do mais básico, sem o qual a sobrevivência não acontecerá.

Neste caminhar, buscaremos, aqui, levantar alguns pontos sobre o pensamento de Krenak a partir de sua obra *O amanhã não está à venda*, de 2020. Neste livro, o autor reflete sobre a pandemia mundial de covid-19, seus efeitos e concepções ocidentais acerca de como vivemos na atualidade. Krenak começa o livro informando:

Parei de andar mundo afora, cancelei compromissos. Estou com a minha família na aldeia Krenak, no médio rio Doce. Há quase um mês, nossa reserva indígena está isolada. Quem estava ausente regressou, e sabemos bem qual é o risco de receber pessoas de fora. Sabemos o perigo de ter contato com pessoas assintomáticas. Estamos todos aqui e até agora não tivemos nenhuma ocorrência (Krenak, 2020, p. 4).

Krenak diz que se retirou de suas atividades e se isolou com os seus na reserva indígena. Este período de isolamento foi extremamente produtivo para ele, como bem vimos nas obras escritas durante este período. Depois disso, Krenak levanta uma pauta política indígena de luta por terras e compara sua vida a de uma pessoa em um pequeno apartamento na cidade:

A verdade é que vivemos encurralados e refugiados no nosso próprio território há muito tempo, numa reserva de 4 mil hectares — que deveria ser muito maior se a justiça fosse feita —, e esse confinamento involuntário nos deu resiliência, nos fez mais resistentes. Como posso explicar a uma pessoa que está fechada há um mês num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? Desculpem dizer isso, mas hoje já plantei milho, já plantei uma árvore... Faz algum tempo que nós na aldeia Krenak já estávamos de luto pelo nosso rio Doce. Não imaginava que o mundo nos traria esse outro luto. Está todo mundo parado (Krenak, 2020, p. 4).

Ainda, a tragédia que se abateu sobre as populações que necessitam do rio Doce (MG) e de seus afluentes foi mais um problema ecológico a ser enfrentado pelos Krenak. O autor tem clara visão de que o planeta (todo o ecossistema natural) não tem como resistir às ações predatórias do homem: “hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda” (Krenak, 2020, p. 5). O neoliberalismo e o consumismo sufocam o ambiente natural. A necessidade do corpo natural para a subsistência da posse leva à falência da Terra e daqueles que a integram.

Seu discurso é político e coerente em combater a política da morte. Ele afirma: “O presidente da República disse outro dia que brasileiros mergulham no esgoto e não acontece nada. O que vemos nesse homem é o exercício da necropolítica, uma decisão de morte. É uma mentalidade doente que está dominando o mundo” (Krenak, 2020, p. 5). Ao recorrer ao discurso de Achille Mbembe, em seu texto *Necropolítica*, o escritor chama a atenção para as políticas de morte instanciadas pelo capitalismo. O livro começa com o seguinte excerto:

Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2016, p. 02).

Em sentido geral, a política praticada no Brasil e no mundo sabe os caminhos a percorrer para alcançar seus objetivos. Neles estão a exploração da natureza para criar materiais para seu bem-estar. Por sua vez, isso tem um preço, o qual os responsáveis estão conscientes e dispostos a pagar. Porém, a conta chega primeiro às populações que vivem na floresta, que perdem seus meios de subsistência, levando-os à morte, como bem ficou exemplificado com a população indígena Yanomami, em que o garimpo ilegal levou doenças e depredou o ambiente o qual os habitantes retiravam sua subsistência. Nesse ato, escreve-se a política de morte, a qual a morte do outro é consciente e aceita para o bem-estar de um pequeno grupo.

Krenak entende que nossa vida baseada no capitalismo neoliberal acabou por esgotar-se e que novas maneiras de continuar vivendo dependem de novos sistemas, os quais compreendem vivência mais pacífica com a natureza, pois o homem é parte desse espaço: humanidade e Terra são partes de um todo que deve viver em harmonia. A Covid 19 é o estopim de uma nova era, a qual os distanciamentos entre as classes entram em choque, pois a ciência, privilégio das classes abastadas, não é mais capaz de suprir suas necessidades urgentes.

Esse vírus está discriminando a humanidade. Basta olhar em volta. O melão-de-são-caetano continua a crescer aqui do lado de casa. A natureza segue. O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise (Krenak, 2020, p. 5).

A fauna e a flora continuam suas vidas, enquanto o homem paralisou suas atividades para cuidar dos enfermos em seu mundo artificial, evidenciando a fragilidade que padece o ser humano frente a catástrofes que ele mesmo criou. Ou seja, a intervenção que o capitalismo ofereceu ao meio ambiente, a degradação ambiental pode ser interrompida por um vírus que atinge apenas o humano, sendo uma solução para a devastação. Krenak reafirma que o homem também é natureza, apesar de se achar superior a ela:

É terrível o que está acontecendo, mas a sociedade precisa entender que não somos o sal da terra. Temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. Pelo contrário. Desde pequenos, aprendemos que há listas de espécies em extinção. Enquanto essas listas aumentam, os humanos proliferam, destruindo florestas, rios e animais. Somos piores que a Covid-19. Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos (Krenak, 2020, p. 6, grifo nosso).

E o livro de Krenak segue nesta linha de abrir os olhos das pessoas, buscando colocar um pouco de entendimento nas cabeças alienadas sobre o mundo em que estamos vivendo. Vale citar que esse mundo é política de um número pequeno de sujeitos, que por via do poder do discurso instituiu uma espécie de democracia que argumenta em prol da liberdade de escolha do sujeito. Mas nisso está escrito o projeto de soberania que aniquila a maioria da sociedade, pois não vê as fraturas impostas, comprehende apenas que as lacunas de sua vida são resultados de seu falho desenvolvimento enquanto indivíduo social, reafirmando a consciência de um mundo neoliberal.

Ciente dos fatos, Krenak discursa em favor da Terra, que oferece vida ao homem: ironicamente, o alimento que o enfermo de Covid 19 necessita para sobreviver está disposto gratuitamente na natureza.

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser a obra de uma mãe

amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante. Não porque não goste dele, mas por querer lhe ensinar alguma coisa. "Filho, silêncio." A Terra está falando isso para a humanidade. E ela é tão maravilhosa que não dá uma ordem. Ela simplesmente está pedindo: "Silêncio". Esse é também o significado do recolhimento (Krenak, 2020, p. 8).

O livro de Krenak é como um canto para que "o coração do homem seja modificado" (Krenak, 2020, p. 9). Um canto cheio de ensinamentos simples e profundos a partir dos entendimentos da filosofia indígena brasileira, numa atitude de resistência, de sobrevivência e de inteligência emocional. Nele lemos sobre a necessidade de retorno a uma vida mais significativa e menos estressante, mais ecologicamente consciente. Neste livro não há fórmulas mágicas para consertar um mundo estragado, mas um pedido para que o homem se dê conta de que ele não é o centro do mundo e que tudo que existe ao seu redor deve ser respeitado em sua maneira de viver.

## 5 Considerações finais

Podemos ver que a literatura indígena brasileira, a partir do exemplo do livro selecionado de Ailton Krenak, "O amanhã não está à venda", demonstra uma forte preocupação ecológica, não somente em relação à fauna e à flora, mas também em relação às formas de vida das pessoas hoje. Num mundo castigado pela exploração dos recursos naturais, Krenak volta-se para um ativismo humanista e que busca pensar novas formas de sociabilidades e de relações com os biomas naturais a partir da filosofia indígena brasileira.

Se na literatura indígena brasileira há uma grande preocupação preservacionista e de denúncia das mazelas contra o meio ambiente, há também um entendimento de que há novas possibilidades de existir e maneiras outras de reverter uma possível catástrofe natural, pois não há homem sem natureza, mas pode haver natureza sem o homem.

Nessa toada, a tomada de força dos pensamentos decoloniais em relação às ideologias e aos mecanismos de dominação sociais e culturais, que ainda insistem em nos forçar, pode ser um caminho possível para uma virada de chave em relação ao pensar crítico sobre a atuação nociva do homem sobre os ecossistemas, pelo menos para o Hemisfério Sul, onde o entendimento do que é / foi ser colonizado ainda é algo forte.

Assim, compreendemos o humanismo crítico como uma resposta importante para pensarmos a transformação humana a partir da educação das pessoas, começando pelas crianças nos ambientes educacionais. Uma educação humanizadora vai levar em conta o papel do homem no planeta e uma visão preservacionista e ecologicamente correta, fazendo com que homem e mundo vivam em busca de harmonia e em constante diálogo. No entanto, tal harmonia somente se dará a partir do respeito pelo “outro” (o diferente de mim) e pela flora, a fauna e os recursos naturais que nos cercam e dos quais dependemos. E neste caminho, a literatura indígena brasileira traz, primeiro, um alerta sobre a destruição dos ecossistemas naturais; segundo, faz-nos perceber que o homem é natureza e depende dela (e não vice-versa); e, terceiro, que a filosofia indígena brasileira pode ser de grande valia para uma vida menos consumista e mais sadia para todos.

## Referências

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, pág. 169-191, 2004.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta. 2020.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

FREIRE, P. Papel da educação na humanização. **Revista da FAEBA**. Faculdade de Educação do Estado da Bahia. Ano 6 N. 7, Edição de Homenagem a Paulo Freire. Salvador-BA, UNEB, p. 9-32, Jan/Jun 1997.

FREIRE, P. Ensinar, aprendendo. **O Comunitário**. Campinas, v. 6, n. 38, p. 6-9, mar. de 1994.

GINZBURG, J. O narrador na literatura brasileira contemporânea. **Tintas**. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane, 2 (2012), pp. 199-221.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KRENAK, Ailton. **Adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARÍN, J. Globalización, educación y diversidad cultural. **Revista Perspectiva**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, v.20, n.02, p. 377-403, jul./dez. 2002.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. **Arte & Ensaios**, revista do ppgav/eba/UFRJ, n° 32. 2016.

MIGNOLO, W. **Desafios Decoloniais Hoje**. Foz do Iguaçu/PR, v. 1, n. 1, pp. 12-32, 2017.

MIGNOLO, W; WALSH, C. E. **On Decoloniality**. Durham; London: Duke University Press, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O espírito de Cochabamba: a reapropriação social da natureza. **Comunicação & Política**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), V.29, n°2, p. 104-123, 2011.

RIBEIRO, B. **O índio na cultura brasileira**. 2a ed., Rio de Janeiro: Editora Revan Ltda, 1991.

RODRIGUES, W. A poesia de Herzer num exercício de decolonização dos corpos. **Revista EntreLetras (Araguaína)**. V. 12, n. 3, p. 319-332, set/dez 2021a.

RODRIGUES, W. Educação ambiental e humanização: decolonizar é preciso. **Ambiente & Educação**. V. 26, n. 1, p. 272-251, 2021b.

RODRIGUES, W. **O processo de ensino-aprendizagem dos Apinayé através da confecção de seus instrumentos musicais**. Tese de doutorado em Humanidades. Leiden University, Países Baixos, 2015, 240f.

RODRIGUES, W. Refletindo sobre um caminho decolonizador para o corpo humano. **Revista Humanidades e Inovação**. V. 6, n. 12, p. 232-239, 2019.

Submetido: 13/8/2025

Aceito: 25/3/2025